



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0005/06	DATA: 12/1/2006
INÍCIO: 10h26min	TÉRMINO: 11h02min	DURAÇÃO: 00h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 36min	PÁGINAS: 15	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Organização do cronograma dos trabalhos do Conselho.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) – Está aberta a 80ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Inscrito, pediu a palavra pela ordem o nobre Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, espero e quero crer que esta seja a última vez que fale desse assunto neste Conselho e também para ficar registrado, até porque foi de autoria nossa o requerimento. E essa é a nossa pretensão, que levamos ao Presidente: a extinção desse malfadado pagamento extra da remuneração extraordinária.

Compreendo o papel da imprensa e nunca fui de criticá-lo. Acho que é legítimo o papel da imprensa. Ela tem não só que apurar, investigar; a imprensa tem como dar satisfação à opinião pública e, por isso, nossa atitude esta semana. Não sou de comentar nem de criticar os assuntos que vêm. Esta semana, alguns Deputados aqui se irritaram com relação a matéria saída em outros órgãos de veiculação, e essa é uma satisfação que gostaria de dar àqueles que aqui estão, porque a imprensa com que a gente está lidando nos conhece, conhece nosso relacionamento e a forma de tratativa nossa.

Hoje saiu num jornal da grande imprensa: “*Deputados que prometeram e não cumpriram*”. E o único membro do Conselho de Ética citado, o que me deixa satisfeito, por um lado, mas me constrange demais, fui eu, como se tivesse feito uma promessa não cumprida.

Gostaria de esclarecer aos membros do Conselho de Ética que reafirmo tudo o que já tinha feito aqui. Muito antes do recebimento do malfadado — e denominado pelo Presidente desta Casa e por grande parte dos nossos companheiros de dinheiro maldito — pagamento extra da convocação extraordinária, eu já vinha fazendo doações.

E entendo que as doações feitas em caráter de anonimato têm muito mais uma função de buscar o retorno à sociedade do que as doações que são feitas a entidades de conhecimento, porque podem ter um caráter demagógico, um caráter hipócrita e um caráter eleitoreiro, Sr. Presidente. Essas doações são perigosas. Feitas em período eleitoral, poderiam até ser confundidas com o processo.

Realmente, ontem foi procurado o Presidente da Sociedade São Vicente de Paula de Juiz de Fora, minha cidade. E gostaria de dizer que não fiz nenhuma



entrega formal de cheque ao Presidente da Sociedade São Vicente de Paula de Juiz de Fora. Se as pessoas conhecem a Sociedade São Vicente de Paula — estavam aqui a Deputada Angela Guadagnin e o Deputado Mauro Benevides —, sabem que é uma entidade nacional que tem várias centrais e ramificações, até para o seu funcionamento. Ela atende exclusivamente à população carente.

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES – Criada por Frederico Ozanam.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Criada por Frederico Ozanam.

Não sou vicentino, mas conheço vários vicentinos, e fiz, em dezembro, antes do pagamento da malfadada convocação, a doação para entidades vinculadas à Sociedade São Vicente de Paula, que são centrais. Só Lima Duarte, que é uma cidade pequena próxima a Juiz de Fora, a que fiz doação, agrega 10 outras pequenas localidades, e essa é a distribuição do funcionamento da Sociedade São Vicente de Paula, como bem disse aqui o Deputado Mauro Benevides.

E fiz para outras entidades e esperei que isso ficasse anônimo para que não desse conotação demagógica, hipócrita e político-eleitoreira, porque a solenidade formal de ir a uma entidade e entregar um cheque não tem outro caráter. Há Deputados que não devolvem; há Deputados que fazem o que quiserem com seu recurso. Aqueles que devolvem não acredito que fazem uma indicação para uma entidade.

E, chegando aqui, ao dar satisfação ao meu eleitorado, que cobrava: “O senhor fez devolução ou não fez devolução?” Eu perguntei: “Como é esse procedimento?” Vim aqui a esta Casa e, mais cedo, conversando com o Deputado Chico Alencar, ele me confirmou isso. A gente tem de oficial à Mesa da Casa, à Diretoria-Geral e às entidades a que estamos fazendo a doação. E, infelizmente, temos de dar publicidade daquilo que não queremos. A gente tem que anunciar que deu para a Sociedade São Vicente de Paula; que doou para a fundação — estou dando os nomes aqui agora, porque essa é uma atitude que acho eleitoreira e, por isso, nego. A segunda parcela, como bem disse o Chico, é preferível indicar para a Câmara doar ou nem receber; deixar que fique para os cofres da Casa, porque, quando você tenta fazer no anonimato, que seria a melhor maneira de uma prestação de uma contribuição, não lhe é permitido. Para efeito de registro na Casa, temos de indicar as associações.



Eu cheguei aqui, como nós todos, na segunda-feira — cheguei no domingo. Na segunda-feira estávamos todos em Brasília para fazer a doação, a indicação. Cheguei e perguntei aos próprios companheiros da imprensa: “Como é feita essa indicação?” Ah, essa indicação tem de ser feita por escrito, através de um ofício, indicando as entidades que vão receber. Pensei que ficasse na Câmara dos Deputados. E dirigi um ofício à Mesa da Câmara dos Deputados, à Diretoria-Geral da Casa, que registrou as entidades. Foram procurar o Presidente da Sociedade, que em nenhum momento recebeu cheque meu mesmo.

Eu nunca fiz doação formal prática para fazer política eleitoral com esse malfadado, com esse maldito dinheiro para nós, Parlamentares. A maior atitude nossa seria a extinção desse pagamento extra. E esse requerimento é de nossa autoria junto com colegas Parlamentares. A maior atitude nossa seria reduzirmos o recesso para não termos essa convocação e termos nossos trabalhos — até porque nós fomos contra, a todo momento, que sequer essa convocação remunerada acontecesse.

Quero dizer aqui aos membros que, se for de interesse do ritual hipócrita, demagógico, do ritual político-eleitoreiro, não tenho o menor constrangimento de que a gente possa fazer, ir procurar o Presidente, fazer a doação, entregar o cheque, até porque quem me conhece sabe que eu não fiz promessa e não cumpri, até porque eu não fiz promessa; eu fiz doação, antes, inclusive, de receber o recurso extraordinário.

Essa era a satisfação que queria dar a este Conselho, porque sou um homem vinculado ao órgão hoje, membro deste Conselho, que tem a responsabilidade de zelar pela ética e decoro dos colegas Parlamentares.

Sinto-me muito à vontade para dizer isso, muito à vontade para prestar contas, como já fiz, e espero, cumprindo o ritual que é determinação da Casa, estar sanando esse, talvez, ato falho de não ter pego recibo. Eu não troquei valor menor por recibo. Eu não tenho recibo da entidade, como eu não fiz entrega formal de doação de cheque. Eu não quero ter, até porque não quero fazer política dessa forma.

Sempre condenei política compensatória, e as entidades sociais, muitas vezes, têm de receber, por uma falha do Poder Público, que não cumpre com as



suas obrigações e seus deveres. A política compensatória que é feita com esse recurso sempre foi condenada por mim. Infelizmente, por um procedimento desta Casa, da Diretora-Geral, eu tive que informar às entidades onde a gente fez e comunicou a doação. Já fiz e denomino aqui: Sociedade São Vicente de Paula, Central de Lima Duarte; Sociedade São Vicente de Paula, Central Regional de Juiz de Fora — porque Juiz de Fora tem várias centrais; Central Diocesana; Fundação Belas Artes Antônio Parreiras. As pessoas podem consultar. Eu não seria leviano de indicar nomes e não fazer a doação e o repasse do recurso, Sr. Presidente.

Essa era a satisfação que eu gostaria de dar aos membros do Conselho, para a minha consciência, para o meu trabalho e para a dignidade e a honra dos colegas Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) – Fica registrado o depoimento do Deputado Júlio Delgado.

A reunião de...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Sr. Presidente, sobre o mesmo assunto, para encerrá-lo aqui.

Deputado Júlio Delgado, em primeiro lugar, minha solidariedade. Eu sei que V.Exa. é uma pessoa que tem espírito público e age com transparência. E, pelo que li na própria matéria, uma entidade, ou a entidade que recebeu ou receberá não essa doação, mas esse aporte, o representante dela disse que não tem erro, não tem problema, é uma questão de tempo ali.

Mas é evidente. Nós chegamos a uma situação em que parece que somos o anti-Rei Midas: tudo o que um grupo mais numeroso de Deputados, principalmente, toca vira lama.

Então, olhem a inversão de situação: não se está mais questionando aqueles Deputados que, no seu direito — e são 440 —, receberam a remuneração extra, ou os 75 Senadores. Esses estão tranquilos, usufruindo esse dinheiro, que é bem-vindo para qualquer brasileiro. Os que questionam não a legalidade, até agora, mas a legitimidade desse recebimento é que ficaram no foco. Então, há várias situações.

Eu vou até repensar. Infelizmente, portadores de vírus da AIDS, crianças órfãs de pais assassinados, educadores populares vão perder um aporte pessoal,



mas eu estou reavaliando se adoto a posição que meu companheiro Orlando Fantazzini adota, que é simplesmente deixar nos cofres da Câmara. No fim do ano, vai para o Executivo, para o Tesouro Nacional e, com isso, a gente até acelera o pagamento do FMI e outras coisas mais.

Mas a questão já virou tão polêmica que é melhor parar com isso também.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Posso fazer um aparte rápido?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Eu, por coerência, desde essa Legislatura, em que me vi defronte dessa situação absolutamente constrangedora, nunca recebi. Já fiz aportes para órgãos públicos, como, por exemplo, o Movimento de Educação Popular, vinculado ao Fome Zero, coordenado pelo Frei Beto. Agora eu vou reavaliar se é melhor simplesmente agir com essa singeleza e de forma direta, como o Deputado Fantazzini e outros.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Posso fazer um aparte rápido?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Agora, é bom lembrar que há um método para evitarmos qualquer tipo de constrangimento desses: se nós informamos, oficiamos à Casa — e desde a Presidência de João Paulo é assim —, antes...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – De o dinheiro estar na conta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – ...do depósito na nossa conta, que não queremos esses recursos adicionais e indicamos, a critério da Mesa Diretora, rigorosamente dentro da lei — eu me precavi: fiz um ofício cheio de senões, cheio de poréns —, as entidades, eles que o façam. Então, é impressionante.

Agora, há uma solução para tudo isso: votarmos, no dia 16, ou 17, ou 18, semana que vem, o fim dessa remuneração adicional. Acabou. Isonomia. Fim de papo!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Só para complementar, Deputado Chico, e concordando com V.Exa., sabe por que o membro da entidade, que não é o Presidente da Sociedade em Juiz de Fora, disse que estava tudo certo? Porque a informação é justamente essa. A Angela, que é vinculada e tem vínculos com a igreja e o Deputado Mauro Benevides, que conhece a Sociedade São Vicente de Paula, sabem que a gente faz doação e não sabe para onde vai.



Graças a Deus, eles têm trabalhos com carentes. Eles fazem a distribuição no organograma que é distribuído por eles. E este que disse que está tudo certo é porque sabe da nossa doação. E nós falamos: *“Eu não quero fazer doação com caráter político, eleitoreiro; não quero fazer doação demonstrando para onde vai o recurso, porque não quero fazer demagogia com o dinheiro público”*. Esse é o caráter que eu gostaria de esclarecer a V.Exa. e agradecer as suas palavras.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Sr. Presidente, V.Exa. me permite? Eu só quero fazer um reparo.

O Deputado Chico Alencar fez menção à forma que eu adoto. Desde o início, em todas as convocações, eu tenho comunicado à Casa que me recuso a receber, mas não me recuso para que o dinheiro fique no cofre público para pagar ao Fundo Monetário Internacional, porque eu acho uma vergonha um país onde as pessoas estão em estado de miséria o Governo antecipar em 2 anos o pagamento ao Fundo Monetário Internacional. Eu o faço na expectativa de que a Casa faça bom uso desses recursos, na perspectiva de que seja utilizado para a Casa, para melhorar o funcionamento das atividades parlamentares, por achar inadequado — um ponto de vista pessoal, sem desmerecer aqueles que entendem que é legítimo o recebimento — que, num país onde se passam 4, 6 meses discutindo se vai aumentar 10 reais no salário mínimo, numa convocação extraordinária se pagarem 2 salários para os Deputados.

Então, por uma questão muito íntima e pessoal e sem nenhum desejo de que esse dinheiro vá ao Orçamento da União para pagar ao Fundo Monetário Internacional, acho que é o maior escândalo da história do Brasil esse pagamento indevido, inadequado.

Acho que a única bancada que aderiu 100% ao não-recebimento foi a bancada do PSOL, partido ao qual nós pertencemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) – Consta da agenda desta reunião a entrega do relatório e da instrução probatória do Deputado Chico Alencar.

Tem a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Sr. Presidente em exercício, que agora deixa a Presidência; Sr. Presidente do Conselho, quero comunicar a este Colegiado, nesta sessão plenária, que, após coleta de informações, documentos, 2



oitivas do sempre prestimoso Deputado Wanderval Santos — e ele próprio, em diálogo comigo, falava da angústia desses processos e da sua longevidade, assim como outros que vivem essa situação, defendendo a celeridade e conclusão desse processo... Ele, cioso de sua inocência, sempre apelou nesse sentido. Tanto assim que, para além da douta defesa, muito competente, do escritório Ávila Bessa, ele não indicou, não arrolou nenhuma testemunha para esse processo.

Eu arrolei 3 testemunhas: o secretário parlamentar do Deputado Wanderval, Célio Marcos, que aqui esteve; a Sra. Simone Vasconcelos, que tinha função importante nas empresas do Sr. Marcos Valério; e o ex-Deputado Carlos Rodrigues. Esses 2, infelizmente, no período apazado, não puderam comparecer a este Conselho — não desejaram comparecer. A Sra. Simone disse que ficava muito honrada pelo convite, mas que não iria atendê-lo, e o ex-Deputado Carlos Rodrigues, num primeiro momento, no qual estava marcada sua oitiva, avisou depois que não poderia comparecer por razões pessoais. Num segundo convite ele também declinou, alegando que estaria fora do País e disse que mandaria informações a respeito, mas não o fez.

Volto a dizer que, com as oitivas do Deputado Wanderval, que foram muito ricas e alentadas, esta Relatoria tem a convicção de que todo o material probatório e todos os elementos para que possa exarar um parecer — além de, obviamente, fazer o relatório de todos esses momentos do processo — estão cumpridos.

Nesse sentido, tendo, ainda, de acordo com o Código de Ética da Casa, o prazo de até 5 sessões para elaborar por definitivo o relatório e o voto do Relator, considero que esta instrução está encerrada.

É bom lembrar também que o Deputado Wanderval, desde o primeiro momento que aqui veio oferecer o seu sigilo fiscal, bancário e telefônico, nos enviou vários extratos, um histórico da sua movimentação no Banco do Brasil, e tentou — também faço esse registro —, junto à telefonia celular da Vivo, obter esses dados. Mas, por razões burocráticas, a empresa não os forneceu. Ele até pede que o Conselho solicite isso. Eu entendo que, para a instrução probatória, esses elementos são inteiramente dispensáveis hoje, em função do conjunto de dados que a Relataria já tem e no sentido de caminharmos para a culminância deste processo,



que é sempre desgastante, tenso e gerador de muitas angústias e que tem, por outro lado, o seu elemento e o seu curso de objetividade.

Portanto, esta Relatoria considera que todas as provas, depoimentos e documentos que chegaram até ela, ainda que lamentando especialmente a não-vinda de 2 testemunhas que eu próprio arrolei, entendo que tudo isso está suficiente. Assim, solicito e comunico a este plenário o encerramento da instrução probatória, abrindo mão, inclusive, de um outro requerimento que cogitei fazer e que se tornou também inteiramente dispensável, até porque não tem relação direta com o fulcro da questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Eu agradeço a V.Exa. e gostaria de alertá-lo e a todos os Relatores que a partir das 9h de amanhã estarei à disposição para prepararmos a pauta e os dias de leitura desses relatórios.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Sr. Presidente, um adendo que o Deputado Orlando Fantazzini, que é nosso mestre aqui para muitas coisas — sem deslustre dos demais. Ele não tem, nem de perto, a sabedoria vernacular, por exemplo, do Deputado Mauro Benevides. Mas, na experiência do Conselho, é claro que todos nos socorremos com o Deputado Fantazzini. Ele lembra algo de que sei que V.Exa. tem ciência, mas quero deixar claro: notificar não só o representado, como a defesa, do encerramento desta instrução probatória e já indicar a leitura do relatório, para as devidas contestações ou para a devida defesa, no prazo que V.Exa. determinar. Estou pronto para apresentá-lo. O fim de semana será de trabalho.

Quero agradecer também não só aos colegas, mas à nossa assessora, Luciana Pacheco, muito diligente, que tem me ajudado bastante nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Eu pergunto a V.Exa., porque na terça-feira... Na segunda-feira nós temos o Deputado Mário Negromonte. E na terça-feira de manhã nós temos o Deputado José Mentor. V.Exa. poderia ler esse relatório na terça-feira à tarde?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Sempre temos aquele... Claro, perfeitamente, notificada a defesa. Mas sempre temos aquele problema da sessão plenária de votação podendo interromper a leitura, não é? Mas V.Exa. define.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – De qualquer forma...



É que eu estou sentindo que nós vamos ter todos os dias ocupados. Todos os dias. De manhã e à tarde. Então, mesmo havendo sessão plenária, nós vamos suspender e continuar os trabalhos. Não há outra forma.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Sr. Presidente, para colaborar. A informação é de que a Ordem do Dia só se iniciará às 18h30min na segunda-feira. Perdão. Terça. Perdão, perdão. Mas eu acho que às 14h30min podemos começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Eu acho que 14h30min seria um bom horário, porque nós vamos ter, de manhã, a oitiva do Deputado José Mentor. Então, poderíamos marcar para as 14h30min.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Que tal 14h?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Às 14h, então.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Hora redonda é sempre... Tudo o que é redondo é melhor. Não é *merchandising* da Skol, não. Cinquenta, por exemplo, é um belo número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Está presente o advogado Marcelo Bessa, que está, então, notificado.

Com a palavra o Deputado Pedro Canedo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO – Sr. Presidente, Sra. Deputada Angela Guadagnin, Srs. Deputados membros deste Conselho, eu também quero comunicar a este Conselho que findei a instrução probatória do processo do Deputado Professor Luizinho.

Estamos neste momento comunicando oficialmente o término dessa instrução e digo a V.Exas. que todos os esforços foram envidados no sentido de elaborarmos, juntamente com a Consultoria, um relatório de acordo com o que consta nos autos e com a representação feita.

Gostaria apenas, Sr. Presidente, de, também, dentro desse requerimento, solicitar a V.Exa. que se digne notificar o representado, Deputado Professor Luizinho, seu advogado, que esteve presente quando da oitiva do Deputado Professor Luizinho e da oitiva das testemunhas arroladas, convidadas por este Relator — já que o representado não ofereceu nenhuma testemunha. Apenas, na sua defesa por escrito, ele cita algumas testemunhas.



Portanto, gostaria de requerer que V.Exa. notifique, mas não gostaria de marcar com V.Exa. a data, porque eu não quero, Sr. Presidente...

Em dezembro, através deste microfone deste Conselho, comuniquei à Mesa que até o dia 11 de janeiro, ou seja, ontem, eu encerraria o processo do Deputado Professor Luizinho. E não o fiz ontem porque não tinha ainda a certeza, com os consultores, de que nós já pudéssemos elaborar, de que pudéssemos já ter realmente elaborado, para que, quando for marcada a leitura do relatório, nós não tenhamos nenhum atropelo, nenhum percalço, contrariando, Sr. Presidente, caros colegas membros deste Conselho, nota veiculada por um jornal nacional dizendo que eu simplesmente estou apressando a entrega do meu relatório em função de pressões da Executiva e dos Líderes do meu partido, o Partido Progressista.

Não é verdade. Já havia, desde dezembro, assumido o compromisso com este Conselho de apresentar o relatório no dia 11. Se fosse, como as notícias foram veiculadas, do interesse do meu partido, eu teria que entregar o processo do Professor Luizinho ontem, ou antes disso até, na sessão de segunda-feira. Então, só não o entreguei ontem porque até então a Consultoria não me tinha dado total certeza de que na próxima semana já poderemos ler o relatório.

Não gostaria, assim como fez o Deputado Chico Alencar, de dizer a V.Exa. que na terça-feira à tarde ou na quarta-feira já estarei com o relatório totalmente pronto. Mas acredito que na segunda-feira já poderemos passar a V.Exa. a cronologia, o dia certo, até porque dependemos também da notificação do representado.

Era só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Obrigado.

Gostaria de avisá-los de que vamos proceder à notificação de todos: do representado de V.Exa.; do Bispo Wanderval, que já foi neste ato notificado; e hoje ainda também iremos notificar o Deputado Roberto Brant. Na segunda-feira teremos a oitiva do Deputado Negromonte e, em seguida, o Deputado Carlos Sampaio também encerrará a instrução probatória desse processo.

Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Sr. Presidente, também para colaborar com o nobre Relator Pedro Canedo, é preciso estar atento ao prazo para a apresentação, a leitura, até a quinta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Até a quinta sessão.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO – Se tivermos sessões na próxima semana de segunda a sexta-feira, será na próxima semana o prazo total para ser aproveitado para o seu trabalho. Não pode ultrapassar a semana próxima, se houver sessão todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Deputado Jairo Carneiro, amanhã cedo, a partir das 9 horas, estarei aqui. Vamos fazer uma reunião administrativa e vamos fazer um levantamento geral, analisar o problema das 5 sessões e já marcar as outras que não foram marcadas.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Pela ordem, Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pela ordem.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – São 5 sessões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Até 5 sessões.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Não sessões ordinárias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Sessões ordinárias do plenário.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Ordinárias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Do plenário

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – A sessão extraordinária não conta? Porque, na segunda-feira, devemos ter uma sessão ordinária à tarde e uma sessão extraordinária às 18h. A pergunta é: se houver mais de 1 sessão durante o dia, uma ordinária e uma extraordinária, o prazo se conta apenas da sessão ordinária ou das sessões que aconteçam durante o dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – É só da ordinária.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Só da ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Mas, de qualquer forma, foi bom V.Exa. alertar para isso. Vamos analisar. Mas é só ordinária. Normalmente, é ordinária. Na convocação extraordinária, vamos verificar como que funciona.



Srs. Deputados, gostaria de repetir que amanhã temos uma reunião administrativa às 9h, na qual vamos fazer um levantamento de todas as datas e preparar a pauta da semana que vem, que praticamente já está tomada. Mas ainda existem espaços dentro da pauta da semana que vem.

Na segunda-feira ouviremos...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Sr. Presidente, até porque tem a ver com isso, desculpe-me a interrupção.

V.Exa. mencionou que o Deputado Roberto Brant ainda será notificado? Ou já foi? Eu me distraí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Não, ainda não foi notificado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Porque a instrução probatória foi encerrada ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Foi encerrada.

Ontem nós tentamos...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – O advogado do Deputado Wanderval estava aqui presente e já foi notificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Já foi notificado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – E hoje eu mandarei, nós vamos notificar o Deputado Brant e o Deputado Professor Luizinho. Hoje ainda.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Entendo que seria bom para a Casa, para o Conselho e para a sociedade — e aí até apelo à agilidade do Deputado Pedro Canedo — que na semana que vem nós pudéssemos, aqui no Conselho, ler pelo menos esses 3 relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Ah, disso eu tenho certeza!

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Apelando para que não haja pedido de vista. Mas é só um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – É só um apelo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Preces. Nem viroses de testemunhas que ainda precisam vir aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Exatamente. Mas acho que nós temos condições, no mínimo...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Rezar por saúde e por gestos magnânicos é permitido, Deputado Jairo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Inclusive, o Deputado Edmar Moreira entrou em contato comigo hoje cedo, dizendo que encerra o processo probatório no dia 18, também, quarta-feira.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO – Sr. Presidente, só para um esclarecimento. O Deputado José Mentor vai ser ouvido nessa data?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Vai ser ouvido no dia 17.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Então, na semana que vem nós teremos o Deputado Mário Negromonte, às 15 horas de segunda-feira; na terça-feira nós teremos a oitiva do Deputado José Mentor; às 14 horas a apresentação do parecer do Relator, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO – Perdoe-me a interrupção, mais uma vez.

É que V.Exa. havia dito ontem que o horário seria às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Do?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO – Do Deputado Mário Negromonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Negromonte. Perdão, então 14h30min.

Na quarta-feira, nós temos 5 testemunhas — vamos ouvir as 5 — do Deputado Josias Gomes. Nós teremos os espaços para leitura e oitivas.

Ah, perdão! Se nós conseguirmos notificar os Deputados, o Deputado Nelson Trad pediu para ler o parecer dele na quinta-feira. Ainda precisamos... Amanhã, cedo nós vamos acertar se vai ser na quarta ou na quinta e posteriormente aguardaremos o Deputado Pedro Canedo e o Deputado Carlos Sampaio.

Então, Srs. Deputados...



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Eu só quero reinsistir, Sr. Presidente, na notificação pessoal dos Deputados Robson Tuma e Janene, para que eu possa, se for o caso, inclusive, depois de 2, desistir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Ontem, Deputado, nós fizemos o ofício, já o assinei, já o encaminhamos. Hoje eu vou encaminhar, mais uma vez, por telegrama.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Vamos insistir todos os dias.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Pela ordem.

Tenho uma observação. Ontem, o Deputado Chico Alencar fez, e nós reiteramos hoje, uma posição de partido contra qualquer tipo de perspectiva de aumento de número de Parlamentares. O PSOL e o PPS têm essa....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Isso é um absurdo, Deputado.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Mas eu espero que nós o façamos partidariamente, Sr. Presidente, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Além de partidariamente — nós discutimos isso ontem, aqui, no Conselho de Ética —, já há um posicionamento também do Conselho de Ética contrário a esse absurdo, desnecessário.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Então, estamos pensando da mesma forma.

O segundo ponto é que o projeto de decreto legislativo para que não haja pagamento de sessões extraordinárias é do PPS, do Deputado Raul Jungmann, e nós estamos prontos para votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Deputado, hoje cedo, na reunião que eu tive com o Presidente da Casa, ele me garantiu, e a pedido do Conselho de Ética, que esse projeto vai ser dos primeiros a ser colocado em votação.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – Eu sei do seu esforço também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – E todos os Deputados que estamos aqui já estiveram numa reunião com o Presidente Aldo em que debatemos esse assunto. Já está definido. Ele se comprometeu conosco que vai ser um dos primeiros projetos a ser colocado na pauta.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS – É bom que seja, até porque o Presidente Renan Calheiros já anuncia que vai votar lá no Senado, também, na quarta. Acho que é importante que nós, que tivemos a iniciativa, o façamos a tempo e a hora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Srs. Deputados, alguma comunicação a mais? Então, eu encerrarei esta reunião.

Nós temos uma reunião administrativa, amanhã, às 9h, no meu gabinete, e a pauta da semana que vem.

Está encerrada a reunião.